



Biblioteca
Desembargador
ANTÔNIO KOURY

SERVIÇO DISSEMINAÇÃO SELETIVA DA INFORMAÇÃO – DSI

v.4, n.8, 31 ago. 2019.

INSTITUCIONAL

Normas selecionadas do *Diário da Justiça* no período de **01 a 30 de agosto**, para cadastro na base da Biblioteca:

Diário da Justiça

Edição nº 6721/2019 - Terça-feira, 13 de agosto de 2019

Portaria nº 3807/2019-GP, de 12 de agosto de 2019.

Declarar, em caráter excepcional, ponto facultativo no dia **16 de agosto de 2019**

Portaria nº 3893/2019-GP, de 12 de agosto de 2019.

Dispõe sobre a atualização monetária do valor do Auxílio Alimentação concedido os integrantes ativos do Poder Judiciário do Estado do Pará

Edição nº 6723/2019 - Segunda-feira, 19 de agosto de 2019

Portaria nº 3893/2019-GP, de 12 de agosto de 2019.* Republicada por incorreção

Dispõe sobre a atualização monetária do valor do Auxílio Alimentação concedido aos integrantes ativos do Poder Judiciário do Estado do Pará.

BOLETIM INFORMATIVO

EXPEDIENTE:

Boletim Informativo Mensal

Organização: Serviço de Referência Bibliográfica

Josiane Neves - Analista Judiciário/ Bibliotecária

Revisão: Elaine Ribeiro - Chefe da Divisão de Biblioteca

Contato: (91) 32053351/ 3325

E-mail: biblioteca@tjpa.jus.br

Diário Oficial do Estado do Pará

Nº 33.948, sexta-feira - 09 de agosto de 2019

Decreto no 252, de 8 de agosto de 2019

Inclui a Defensoria Pública como porta de entrada no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). [Clique aqui](#)

Decreto no 254, de 8 de agosto de 2019

Institui o Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Diário Oficial do Município de Belém

Nº 13.806 Quarta-feira, 07 de agosto de 2019

Lei nº 9.492, de 16 de julho de 2019.

Institui no Município de Belém, o Mês Dezembro Verde. [Clique aqui](#)

Lei nº 9.493, de 16 de julho de 2019.

Institui no Município de Belém, o Mês Maio Laranja, de enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. [Clique aqui](#)

Lei nº 9.494, de 16 de julho de 2019.

Institui no Município de Belém, o Mês Abril Laranja, como mês de prevenção da Crueldade contra Animais. [Clique aqui](#)

Lei nº 9.495, de 16 de julho de 2019.

Institui o mês “Setembro Amarelo”, de Prevenção ao Suicídio, no Município de Belém. [Clique aqui](#)

Lei nº 9.496, de 16 de julho de 2019.

Institui no Município de Belém o mês “Setembro Prata”, referente ao combate à violência contra a pessoa idosa. [Clique aqui](#)

Nº 13.807, quinta-feira, 08 de agosto de 2019

Lei nº 9.506, de 06 de agosto de 2019

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos que tenham escada rolante fixarem informações de advertência quanto ao uso das mesmas, no Município de Belém, e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Lei nº 9.507, de 06 de agosto de 2019

Altera a Lei nº 9.202, de 18 de fevereiro de 2016, que “Determina o pagamento de multa aos atos de crueldade cometidos contra animais, independente das sanções previstas em outros dispositivos legais: Municipal, Estadual ou Federal.” [Clique aqui](#)

Diário Oficial da União

Medida Provisória nº 890, de 1º de agosto de 2019.

Institui o Programa Médicos pelo Brasil, no âmbito da atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde, e autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde. [Clique aqui](#)

Medida Provisória nº 891, de 5 de agosto de 2019.

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, e a Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019, que institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.863, de 8 de agosto de 2019.

Altera a Lei nº 12.302, de 2 de agosto de 2010, para modificar a exigência de habilitação para o exercício da atividade de instrutor de trânsito. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.864, de 8 de agosto de 2019.

Dá nova redação ao § 1º do art. 26 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.865, de 8 de agosto de 2019

Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispensar o habite-se na averbação de construção residencial urbana unifamiliar de um só pavimento finalizada há mais de 5 (cinco) anos em área ocupada predominantemente por população de baixa renda. [Clique aqui](#)

Decreto nº 9.978, de 20 de agosto de 2019

Dispõe sobre o Fundo PIS-PASEP e institui o Conselho Diretor do Fundo PIS-PASEP. [Clique aqui](#)

Decreto nº 9.981, de 20 de agosto de 2019

Altera o Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas. [Clique aqui](#)

Decreto nº 9.988, de 26 de agosto de 2019

Promulga o texto atualizado da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar. [Clique aqui](#)

Decreto nº 9.992, de 28 de agosto de 2019

Determina a suspensão da permissão do emprego do fogo de que trata o Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998, no território nacional pelo prazo de sessenta dias. [Clique aqui](#)

Notícias selecionadas

STF

Supremo invalida lei de Alagoas que obriga Detran a comunicar vencimento de CNH. [Leia mais](#)

STF mantém lei do Amazonas que veda cobrança e vendas por telefone fora do horário comercial. [Leia mais](#)

Concessão de pensão vitalícia concedida a ex-governador do Pará é questionada no STF. [Leia mais](#)

STF afasta aplicação de causa de aumento da pena revogada pela Lei de Crimes Sexuais. [Leia mais](#)

STJ

Inviabilidade de analisar excesso na execução impede concessão de habeas corpus a pai preso por dever alimentos. [Leia mais](#)

Ministro classifica como “aventura processual” habeas corpus que alega excesso de prazo em prisão flagrante recente. [Leia mais](#)

Coabitação por duas semanas não significa estabilidade capaz de caracterizar união estável. [Leia mais](#)

Adesão voluntária à arbitragem impede consumidor de buscar Judiciário para resolver conflito em contrato de adesão. [Leia mais](#)

Tribunais Estaduais

TJCE

TJCE disponibiliza número de WhatsApp para interessados em receber notícias do Judiciário. [Leia mais](#)

Colégio deve pagar R\$ 8 mil por exigir taxa adicional para matricular criança com síndrome de Down. [Leia mais](#)

TJRS

Inconstitucional lei municipal que criou taxa para custeio do Corpo de Bombeiros. [Leia mais](#)

Casa noturna condenada por só liberar cliente após assinatura de nota promissória. [Leia mais](#)

EXPEDIENTE:

Boletim Informativo Mensal

Organização: Serviço de Referência Bibliográfica

Josiane Neves - Analista Judiciário/ Bibliotecária

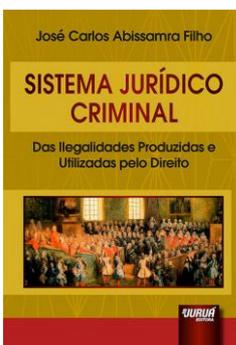
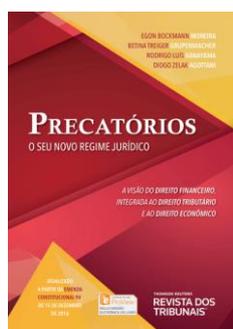
Revisão: Elaine Ribeiro - Chefe de Divisão de Biblioteca

Contato: (91) 32053351/ 3325

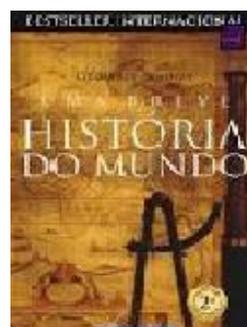
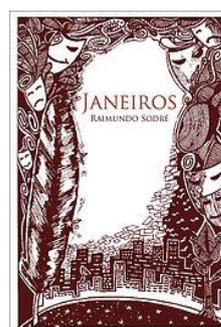
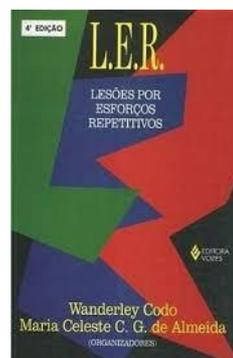
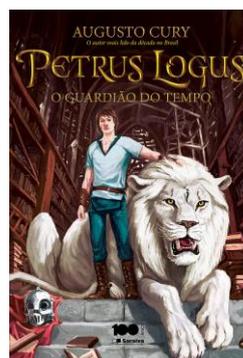
E-mail: biblioteca@tjpa.jus.br

Obras disponíveis no acervo da Biblioteca

Acervo jurídico



Acervo Leitura Livre



[Para consultar as novas aquisições, visite a página da biblioteca no portal do TJPA!](#)

EXPEDIENTE:

Boletim Informativo Mensal

Organização: Serviço de Referência Bibliográfica

Josiane Neves - Analista Judiciário/ Bibliotecária

Revisão: Elaine Ribeiro - Chefe da Divisão de Biblioteca

Contato: (91) 32053351/ 3325

E-mail: biblioteca@tjpa.jus.br